



ORIGINAL  
ORIGINAL

**Editora**

Patrícia Samora

**Conflito de interesses**

O autor não declara conflitos de interesse relacionados à elaboração ou ao conteúdo deste artigo.

**Apoio**

Este trabalho foi fomentado por um auxílio à execução de pesquisas da Universidade de Brasília.

**Recebido**

31 dez. 2023

**Reapresentado**

28 ago. 2024

**Aprovado**

4 out. 2024

# Repensar a periodização da construção vernacular luso-brasileira: ou, como a nossa arquitetura tradicional é mais recente do que parece

*Rethinking the periodization of vernacular Luso-Brazilian construction: or, why our traditional architecture is more recent than it seems*

Pedro Paulo Palazzo<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Teoria e História. Brasília, DF, Brasil. E-mail: palazzo@unb.br

**Como citar este artigo/How to cite this article:** Palazzo, P.P. Repensar a periodização da construção vernacular luso-brasileira: ou, como a nossa arquitetura tradicional é mais recente do que parece. *Oculum Ensaios*, v. 21, e2510654, 2025. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v22e2025a10654>

## Resumo

Este artigo propõe um conceito de arquitetura tradicional luso-brasileira com base na caracterização da construção vernacular e no questionamento à cronologia canônica baseada na história político-econômica e dos estilos artísticos. No centro da problemática aqui levantada está o diálogo entre os saberes vernaculares e a atuação profissional erudita, numa temporalidade diferente daquela marcada pelos monumentos que sinalizavam a identidade nacional na historiografia dos séculos XIX e XX. Em oposição à periodização convencional, a história das técnicas e das regulações edilícias permite situar o recorte de meados do século XVIII ao início do XX como época de consolidação de saberes tradicionais partilhados entre as esferas vernacular e erudita. Quatro elementos principais subsidiam essa proposta: a inovação nas regulações edilícias urbanas; a difusão do módulo alentejano de testadas com 40 palmos para o urbanismo Iluminista e além; a revisão crítica do conhecimento histórico-arqueológico acerca da cronologia dos sistemas construtivos conhecidos como “frontais”; e a consolidação de uma tipologia doméstica unificada entre o meio rural e o urbano. Esse conceito de tradição não é totalmente congruente com aquele dos movimentos tradicionalistas do passado ou do presente, embora ofereça um subsídio para se discutir a relevância tanto do recorte cronológico como ferramenta analítica, quanto da tradição como instrumento operativo da arquitetura.

**Palavras-chave:** Arquitetura tradicional. Construção luso-brasileira. Historiografia. Idade Moderna. Período Pombalino.

## Abstract

*This article puts forward an understanding of traditional Luso-Brazilian architecture based on vernacular building while questioning canonical timelines drawn from political, economic, and*

*stylistic histories. At the core of this task is the interplay between vernacular knowledge and professional erudition on a different timeline than that of the Early Modern milestones. As opposed to conventional periodization, the history of building practices and regulations suggests a time frame from the mid-18th to the early 20th century as the period in which a shared world of vernacular and learned practices took shape. Four aspects chiefly support this thesis: new urban building codes and regulations; the diffusion of the 40-span lot frontages from Alentejo vernacular to Enlightenment town plans and beyond; a critical assessment of the state of the art regarding the timeline of wood-framed masonry construction; and the settling of a domestic typology shared between rural and urban houses, with townhouse plans drifting into the design of farmhouses. This concept of tradition does not overlap fully with that of the traditionalist movements, past or present, though it provides a framework to discuss the relevance of periodization as an analytical tool as well as of tradition as an operative tool of architectural practice.*

**Keywords:** *Traditional architecture. Luso-Brazilian construction. Historiography. Early Modern Age. Pombaline period.*

## Introdução

O estudo da arquitetura vernacular portuguesa e brasileira tem por premissa a primazia da diversidade geográfica sobre a transformação histórica. Inicialmente estabelecida em Portugal pelos arquitetos do Inquérito em meados do século XX, essa premissa compareceu mais tardiamente no Brasil. Assim, a investigação e a didática universitária em torno do tema da construção tradicional corporificam o postulado de Waisman (1993) sobre a história da arquitetura iberoamericana operar por meio de periodizações largas e imprecisas, devido à escassez de fontes documentais e à sobreposição entre manifestações progressivas e retrógradas. À margem dos períodos estilísticos da arte erudita, a tradição vernacular luso-brasileira é pensada no ciclo longo da Idade Moderna.

A periodização canônica na história da arquitetura tradicional luso-brasileira é congruente com a existência do império atlântico português (1415-1822), ou quiçá, mais a propósito dos ofícios da construção, situada entre os marcos normativos que foram as ordenações Manuelinas de 1513 e a extinção das corporações de ofício pelas Constituições liberais de 1824 (Brasil) e 1836 (Portugal). Não por acaso, esses recortes coincidem com a especialização cronológica de vários dentre os mais ilustres historiadores da arquitetura de origem portuguesa. Essa cronologia é reforçada, ainda, pela escassa atenção historiográfica na construção vernacular no hiato entre o final do Antigo Regime e o dealbar da industrialização em Portugal e no Brasil, a partir de 1850-1870.

O recorte no Atlântico se justifica pelo caráter diferenciado da arquitetura luso-indiana, tal como descrito por Carita (1999) e Silveira (1999), embora os cruzamentos técnico-profissionais evidenciados por Fernandes (1998) e Donato (2009) no âmbito do urbanismo sejam notáveis. No entanto, a periodização, apenas aparentemente assente em eventos e ciclos pertinentes para a história da construção, mais propriamente racionaliza argumentos da história política e da economia. Mais além, a narrativa global baseada em tal periodização não dá a devida ênfase às significativas trocas entre os ofícios vernaculares e a atuação erudita dos engenheiros militares e arquitetos. Entretanto, trabalhos recentes (e outros nem tanto) com focos temáticos mais específicos oferecem olhares alternativos para a tradição vernacular portuguesa e a sua continuidade e transformação ao longo do tempo (Baganha, 2016; García Hermida, 2018; García Hermida; Gil Fernández; Gómez-Gordo Villa, 2023).

Outrossim, o conceito de vernacular no universo cultural luso-brasileiro é ele próprio um legado de controvérsias teóricas. Quer à fantasia de uma identidade arquitetônica unitária pelos tradicionalistas e modernistas da primeira metade do século XX (Mello, 2007; Milheiro, 2005), quer à afirmação peremptória de uma diversidade irreduzível na segunda metade do mesmo século pelos autores do Inquérito em Portugal (Caldas, 2000) e pelos protagonistas da renovação ideológica

do IPHAN no Brasil (Schlee, 2018), falta o critério fundamental do que seja efetivamente uma tradição vernacular.

Na bibliografia da língua portuguesa, o termo “vernacular” é amiúde usado de modo intercambiável com o mais frequente termo “popular” (vide a nomenclatura híbrida dos Seminários de Arquitetura Vernacula/Popular), e remete quase exclusivamente à produção do espaço doméstico e dos seus anexos utilitários. Nesse sentido, aponta mais para a ação do artífice popular em geral do que para o produto resultante em sua especificidade regional. De resto, circunscrever com rigidez o(s) vernacular(es) luso-brasileiro(s) seria desconsiderar a circulação de saberes e práticas populares tanto no rumo da expansão colonizadora quanto em sentido inverso, na bagagem cultural dos torna-viagem (Tavares, 2015).

Daí que o conceito de tradição adquiere crucial importância para se enquadrar a construção vernacular luso-brasileira na sua diversidade regional e transformação diacrônica. Metodologicamente, este artigo parte da formulação de Rapoport (1969) de que uma tradição é um conjunto de práticas elaboradas, aplicadas e transformadas colaborativamente tanto no espaço sincrônico de uma comunidade quanto na extensão diacrônica de sucessivas gerações. Com tal definição, evitam-se os niilismos conceituais tanto de um entendimento rígido da tradição por Unamuno (1902) como “casticismo” determinista, quanto da diluição do significado da palavra a ponto de esta poder ser usada por Giedion (1961) para designar um movimento revolucionário e esotérico. Mais do que frutos deterministicamente enraizados num lugar, as nossas arquiteturas vernaculares são expressões dessa tradição que viaja, se transforma e hibridiza, mas sobretudo que se acumula no tempo.

A tradição é incompatível com uma linha do tempo inexorável, onde cada época é representada tão somente pelas suas manifestações sincrônicas. Como conceituou Rossa (2015), o patrimônio urbanístico que forma o contexto de toda nova produção edilícia é composto tanto pelo conjunto de práticas vigentes na sociedade, quanto pelo acúmulo de artefatos e saberes legados desde todas as épocas anteriores.

Este artigo começa revisando a periodização convencional da arquitetura luso-brasileira e sua origem na história da arte erudita, para em seguida mostrar as limitações dessa perspectiva, bem como as investigações recentes que colocam em xeque essa periodização. De tal contraste decorre uma discussão sobre critérios de periodização e como repensar a cronologia da arquitetura luso-brasileira do ponto de vista das tradições vernaculares e dos marcos normativos e tecnológicos que a influenciam, bem como da influência do vernacular sobre o erudito. A partir desses critérios é que podemos, então, ter uma nova proposta de periodização da arquitetura luso-brasileira.

A construção vernacular luso-brasileira é, nessa proposta, uma tradição mais recente do que o recorte convencional da Idade Moderna faz parecer. Na nova periodização proposta, essa tradição se inicia em meados do século XVIII e prossegue pelo século XIX. Elementos da arquitetura vernacular tradicional continuam a ser empregados, inclusive, durante o processo de industrialização e crescimento urbano do início do século XX, permitindo a consolidação de crescimentos periféricos à margem dos grandes empreendimentos centrais.

## Periodizações da arte luso-brasileira

O costume de se dividir a história da arte em períodos está ligado ao paradigma idealista romântico, no qual “eras culturais” são identificadas por sua associação a um conjunto de atributos tidos por intrínsecos a cada época e relativamente estáveis durante a sua vigência. Os períodos são convencionalmente cindidos uns dos outros por eventos marcantes, que podem ser internos à própria

arte – por exemplo, a junção de arcobotante, abóbada nervurada e vitral que dá origem ao gótico – ou externos – a queda do império Romano ou o concílio de Trento. Especialmente no caso da arquitetura, a historiografia usa como marcadores de época também processos econômicos, tais como a ascensão do primeiro capitalismo – associado por Burckhardt (1860) à arte do Renascimento – ou a industrialização – suporte material do ecletismo historicista, segundo autores como Pevsner (1948).

O produto natural de uma história da arte periodizada é o livro-texto comparativo. É um formato que enfatiza os aspectos em comum a todo um período e as diferenças entre períodos sucessivos, ao passo que as heterogeneidades sincrônicas e as continuidades na longa duração tendem a ser minimizadas. Esse modelo determina até hoje, em grande medida, a formação acadêmica de especialistas em diferentes eras. Uma divisão de períodos de grande peso teórico na historiografia é aquela entre Renascença e Barroco formulada por Heinrich Wölfflin (1888). D’Ors (1936) aprofunda essa tese ao propor que “clássico” e “barroco” sejam características essenciais, ciclicamente recorrentes dos estilos. Essa teoria virá a ser influente na caracterização da arquitetura brasileira.

Uma vez consolidados os grandes marcos canônicos na história dos estilos – o último dentre eles foi o Maneirismo, formulado por Richter já no século XX (Richter, 1931) –, decai o interesse por produzir tais narrativas panorâmicas. No pós-guerra, a própria validade de tais recortes, ou das suas implicações essencialistas, começa a ser questionada. Białostocki (1961) é um dos primeiros a refutar a premissa de que as características intrínsecas a cada período artístico atuassem como restrições conceituais à atuação dos artistas. A partir daí, o próprio formato do livro-texto comparatístico em história da arquitetura acaba por ser rejeitado, uma vez que datam da década de 1960 as últimas reedições dos livros-texto canônicos de Fletcher (1961) e Choisy (1964) nos seus formatos originais.

## Historiografia da arquitetura portuguesa e o debate brasileiro

A evolução da historiografia da arquitetura luso-brasileira é mais complexa, em parte devido ao prestígio que cedo alcançaram certos autores estrangeiros, tais como Haupt (1890), Watson (1908), Goodwin e Smith (1943), Bury (1955), Bazin (1956) ou Kubler e Soria (1959). Mas, se alguma produção bibliográfica de maior *pedigree* a nosso respeito resulta de interesses editoriais próprios à manualística germânica ou ao MoMA, os temas dominantes dessa historiografia respondem a angústias ideológicas próprias a Portugal e ao Brasil. A principal delas é a construção de uma autoimagem baseada no status periférico e isolado, identificado por João Leal (2000) como o ressentimento fundador do Portugal moderno, e num conservadorismo estético.

Esse ressentimento é feito não (só) de mero atraso na transmissão das inovações vindas da Europa, mas sobretudo de uma pretensa preferência castiça pelo singelo e robusto em detrimento do sofisticado e do delicado – preferência identificada pejorativamente por Gonzaga Duque (1995) e depois retomada elogiosamente por Lucio Costa (1929). De tais peculiaridades resultam duas adaptações da história europeia dos estilos ao essencialismo estético da teoria do barroco em D’Ors (1936). Em Portugal, Kubler (1972) avança a hipótese de um “estilo chão” como variante sincrônica ao maneirismo rebuscado. No Brasil, o período de transição entre o barroco tardio e o rococó recebe, da geração de Mário de Andrade e Lourival Gomes Machado (1969), o rótulo de “barroco mineiro” e a pesada responsabilidade de sintetizar a identidade nacional.

A bandeira identitária assim atribuída ao descompasso cronológico serve como campo neutro onde se mediam os interesses conflitantes dos arquitetos e investigadores progressistas das décadas de 1930 a 60 e das ditaduras de direita em busca de legitimação cultural. Sousa Santos (2016) mostra como o cachê de simplicidade do estilo chão transita desde a ideologia salazarista

do “português suave” até a ética da “economia de meios” promovida pelos arquitetos e críticos de esquerda. De igual modo, a exaltação do “barroco mineiro” permite, como argumenta Grammont (2008), a convergência tríplice entre o regime Vargas, o conservadorismo católico e os modernistas alinhados a Mário de Andrade e Lucio Costa. Reciprocamente, atribuir à Idade Moderna as raízes dos estilos nacionais permite reforçar o estigma contra os estilos historicistas da Idade Contemporânea sem abrir mão do nacionalismo político, como observa Milheiro (2005).

A periodização da arquitetura erudita luso-brasileira é, portanto, uma linha modulada pelo maior ou menor prestígio de certas épocas e, também, pontuada por um hiato de escasso interesse acadêmico. Partindo da premissa do atraso de seus estilos com respeito à linha do tempo canônica, a começar pelo românico português nos séculos XI e XII, ela se ramificava em ilhas nacionais, nomeadamente o estilo chão no século XVII em Portugal e o barroco mineiro na segunda metade do século XVIII no Brasil. Essa linhagem autóctone se esgotou então sob o efeito do neoclassicismo importado em finais desse século. O oitocentos se abria então com um vácuo seja no volume de produção, seja na sua relevância, eivada de estrangeirismo e revivalismo.

A historiografia contemporânea é ostensivamente avessa a uma distinção conceitual entre o que seja “tradicional” ou “moderno”, muito embora a antropologia atribua a esses conceitos algum rigor analítico (Shanklin, 1981). Mesmo assim, os argumentos e até, em certa medida, o (des)interesse disciplinar por certos períodos desenham uma linha do tempo implicitamente cindida por um hiato entre o fim da linhagem tradicional, situado na viragem do século XVIII – da Viradeira à Missão francesa –, e o lento engrenar da modernidade industrial na segunda metade do século XIX (Figura 1), justificado por uma suposta estagnação construtiva. Estagnação material devido às dificuldades econômicas legadas pelas malfadadas reformas mercantilistas e pelos desdobramentos da guerra civil, mas também, segundo França (2004), estagnação moral provocada pela substituição do desenvolvimento artístico autóctone pelo estrangeirismo italianófilo e francófilo.

No Brasil, o classicismo imperial – terminologia proposta por Alberto Sousa (1994) –, mesmo não sendo rejeitado pela geração de 30, fica compreensivelmente maculado pela herança aristocrática e escravista. Quando não desprezado por ser mera roupagem renovada no corpo retrógrado da monarquia escravista, o neoclassicismo pode ser acoplado, como o faz Rocha-Peixoto (2000) seguindo a premissa de Luciano Patetta (1975), enquanto capítulo introdutório do ecletismo execrado pelos modernistas.

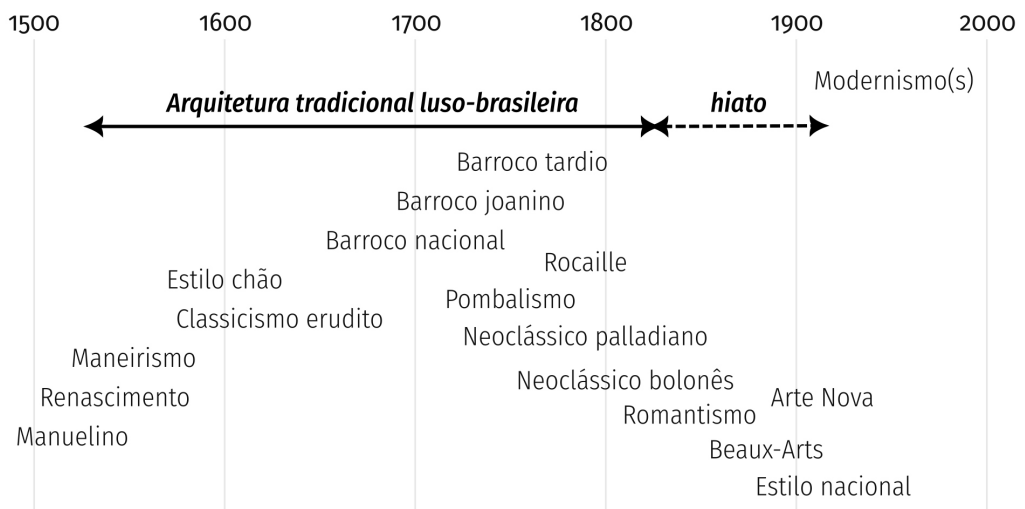


Figura 1 – Cronologia canônica da arquitetura luso-brasileira.

Fonte: Desenho do autor.

## Cronologia em xeque no presente eterno do vernacular

A periodização canônica da arte erudita luso-brasileira deixou um hiato no período de 1780–1850, intervalo no qual se presume a interrupção das linhagens tradicionais muito antes do dealbar de modernidade. A arquitetura vernacular, por outro lado, coloca em xeque a própria hipótese de se estabelecer uma periodização por estilos. A arquitetura do povo, sem estilo propriamente dito, é determinada na historiografia não pela mudança ao longo do tempo, mas pelo condicionamento imutável dos fatores geográficos, geológicos, climáticos, bem como pelo conservadorismo das culturas rurais. Essa é a tônica de vários textos intitulados “arquitetura popular”, de Oliveira e Galhano (1992) a Moutinho (1995), Weimer (2005) e Mascarenhas (2015).

No Brasil, há uma proposta de sequência cronológica famosa para a arquitetura popular, porém baseada em exemplos anedóticos. Trata-se do esquema de fachadas domésticas proposto por Lucio Costa no seu artigo “Documentação necessária” (1937), no qual ele sugere que a história da arquitetura vernacular consistia numa evolução determinista à janela-fita corbusiana do século XX (Figura 2). Inconsequente do ponto de vista historiográfico e arqueológico, a periodização de Lucio Costa exemplifica o essencialismo e determinismo que frequentemente contaminam os estudos de arquitetura vernacular.



**Figura 2** – Lucio Costa, cronologia da arquitetura vernacular luso-brasileira publicada em Documentação necessária, 1937.

Fonte: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, 1937, p. 36–37.

Essa sombra cronológica serviu a dois movimentos arquitetônicos nacionalistas, mas ideologicamente opostos um ao outro: de um lado os tradicionalismos predominantes no início do século XX, e do outro os modernismos que os suplantaram a partir de meados do mesmo século. Para os primeiros, capitaneados pelo arquiteto Raul Lino (1918), pelo engenheiro e arqueólogo Severo (1916) e pelo médico José Marianno Filho (1943), a falta de balizas cronológicas permitia descontextualizar os motivos mais atraentes aos programas e ao gosto contemporâneos. Estes eram extraídos menos do espectro propriamente popular do que de um registro mais elaborado, muitas vezes da arquitetura sacra. Sobretudo, o nativismo lusófono distinguia-se de seus congêneres europeus e norte-americanos por aplastar diferenças regionais, fosse em prol de uma região dominante – a casa salaia como epítome da nacionalidade portuguesa em Raul Lino –, fosse construindo o mito de uma homogeneidade nacional brasileira.

Para os arquitetos envolvidos no Inquérito à arquitetura regional portuguesa, durante a década de 1950, a atemporalidade da construção rural permitia aproximar o registro popular ao

ideal modernista de perfeita adaptação das formas à técnica disponível e ao programa funcional. A atemporalidade do vernacular, nesse sentido, tornava-se um instrumento para combater o tradicionalismo alegando incompatibilidade entre as formas oriundas do mundo rural tradicional e as necessidades e possibilidades da vida urbana moderna. Consequentemente, as limitações operacionais e filológicas que impuseram, segundo Ollero (2010), uma organização puramente geográfica à publicação resultante do Inquérito (Amaral, 1961) foram transformadas num trunfo para substituir a hegemonia da Casa Portuguesa pela da “arquitetura eficiente” contemporânea.

Uma consequência da dicotomia rural = popular *versus* urbano = erudito, porém, acabaria sendo a introdução de uma rutura no senso de precedência entre ambos os momentos que os teóricos buscavam reconciliar. Tanto os tradicionalistas quanto os modernistas argumentavam pela continuidade do vernacular na sua própria prática, mas tais argumentos supunham uma contradição cronológica e conceitual que passou despercebida a proponentes e detratores de ambos os movimentos. Essa contradição consiste no problema da precedência das invenções formais nos registros erudito e popular.

O pressuposto de toda dicotomia erudito/popular é o de que os motivos ornamentais são da alçada do primeiro e, via de regra, ausentes deste último, o qual se ocupa apenas do detalhamento construtivo estritamente funcional. Por isso, sempre que algum ornato comparece numa obra de arquitetura vernacular, ele deve ter origem na releitura de um elemento erudito. Isto é, o sentido da transferência de saberes e práticas é sempre – lenta e imperfeitamente, porém inelutavelmente – no sentido do erudito para o vernáculo. Ou seja, movimentos eruditos que pretendiam aprender com os saberes vernaculares aderiam implicitamente a uma visão de mundo onde o vernacular é que aprendia com o erudito!

Estudos mais recentes e criteriosos, por sua vez, se têm aproximado indiretamente à cronologia das construções vernaculares, especialmente em meio urbano, pelo viés das condicionantes à prática construtiva em diferentes épocas. Mascarenhas-Mateus (2002), por exemplo, analisa a literatura técnica como aproximação às práticas construtivas vigentes no período de 1750–1900. Diversos autores nos dias de hoje (Mascarenhas-Mateus, 2018; Pareto Junior, 2011; Pessotti; Ribeiro, 2011; Reis, 2013) exploram a documentação relativa a contratos, empreitadas, aprendizagens e trajetórias profissionais, circunscrevendo assim a datação de edifícios e de tradições construtivas. Também são dignos de nota o estudo que Pinto (2015) desenvolve acerca das normas edilícias em Portugal e no Brasil, assim como a identificação de construções por meio de documentos tributários, feita por Bueno (2005) e diversos investigadores por ela orientados.

## Repensar a definição e a periodização

As seções anteriores espelham a cisão disciplinar entre dois campos profissionais da investigação. De um lado está a história da arquitetura, originada no estudo de estilos e de agentes eruditos, em geral conhecidos no registro documental e, portanto, enviesada para um olhar crítico sobre a mudança diacrônica. Do outro lado, figura a história da construção, que se esforça por abarcar o domínio do vernacular e das suas continuidades na longa duração. No entanto, os objetos de estudo desses dois campos disciplinares não se encaixam eles mesmos com clareza em tal cisão. Para além da popularização de elementos estilísticos eruditos, há um movimento recíproco que merece mais atenção na historiografia: trata-se da constatação de que toda arquitetura erudita está assente, em maior ou menor grau, sobre um conjunto de saberes e práticas vernaculares. Tais saberes consistem não apenas em procedimentos construtivos, mas inclusive em hábitos de composição e expedientes formais.

O duplo trânsito das influências arquitetônicas dá a dimensão própria a um conceito de tradição no qual os modos de fazer são premissas subjacentes a todo o espectro do popular ao monumental. Dentre as várias instâncias de elementos que se fazem presentes em todo o *continuum* do vernacular ao erudito, quatro são especialmente relevantes para delimitar uma periodização da tradição luso-brasileira de meados do século XVIII a meados do XX: as reformas de regulações edilícias, a difusão do módulo de testada com 40 palmos, a implantação de sistemas de esqueletos em madeira como o frontal ou a gaiola pombalina, e a intrusão na arquitetura rural brasileira de um tipo distributivo originário da arquitetura doméstica urbana. Uma quinta instância, a consolidação de um estilo “clássico imperial” ou “clássico liberal”, não será tratada neste artigo pois merece uma argumentação mais extensa e dedicada, especialmente no que tange às interações entre estilo erudito e práticas decorativas vernaculares.

## Regulações edilícias

O controle jurídico sobre a atividade edilícia é dos fatores mais aptos a influenciar a forma arquitetônica. Será, portanto, compreensível que se trate de um tema que tem recebido bastante atenção no campo disciplinar da história da construção. Assim, muito embora a construção vernacular seja mal documentada, a atividade edilícia sobretudo urbana reflete a influência dessas regulações. Ao mesmo tempo, o modo de formular as regulações diz muito sobre os paradigmas vigentes nessas construções, e a publicação das normas oferece evidências textuais onde a própria atividade de edificar não as preservou.

Dessa literatura sobre a história da construção vernacular depreendem-se marcos cronológicos, afinal, refinando o entendimento de um registro antes classificado tão somente segundo critérios geográficos e tipológicos. Tais marcos colocam em xeque, porém, a periodização convencional baseada na arquitetura erudita. Por exemplo, a investigação de Pinto (2012, 2016) aponta para uma instauração de práticas construtivas e jurídicas em meados do setecentos, as quais se consolidaram e persistiram até ao menos a segunda metade do século seguinte.

Em particular, data de 1745 uma inovação regulatória em Lisboa na relação entre o lote edificado privado e o espaço público (Pinto, 2016). A esta reforma seguiu a mais conhecida centralização das posturas ensejada pela reconstrução pombalina da capital, em 1758. Por mais inovadores que fossem os códigos civis promulgados pelas monarquias liberais, no domínio da construção eles mais consolidaram do que reformam o marco regulatório do século XVIII. Tais poderes normativos, de origem pombalina ou mesmo joanina, se sobrepunham à autoridade das câmaras municipais, ou mesmo se antecipavam à existência futura destas, como apontado por Derntl (2013).

O ciclo de profundas reformas urbanas seria levado a termo somente a finais do século XIX, caracterizado pela instituição de códigos de obras e posturas em diversas cidades portuguesas e brasileiras, introduzindo as novas preocupações sanitaristas. Tais códigos se distinguem por sua maior minúcia, bem como pela intromissão em aspectos até então pertencentes à alçada privada, tais como a regulação dos pés-direitos mínimos (Speltz, 1898) e do nivelamento das cotas de soleira (Pinto, 2016), ou ainda as exigências de ventilação natural (Lemos, 1999).

Embora essas intromissões não tenham eliminado as tradições vernaculares em Portugal e no Brasil, elas sinalizaram novas restrições contra os ofícios populares, estigmatizados pela entrada de profissionais com formação superior no campo da moradia popular (Pareto Junior, 2016). As práticas vernaculares passam então a ser dificultadas pela crescente ritualização das aprovações de projetos, e impelidas a uma transformação cada vez mais rápida pela contínua evolução das normativas.



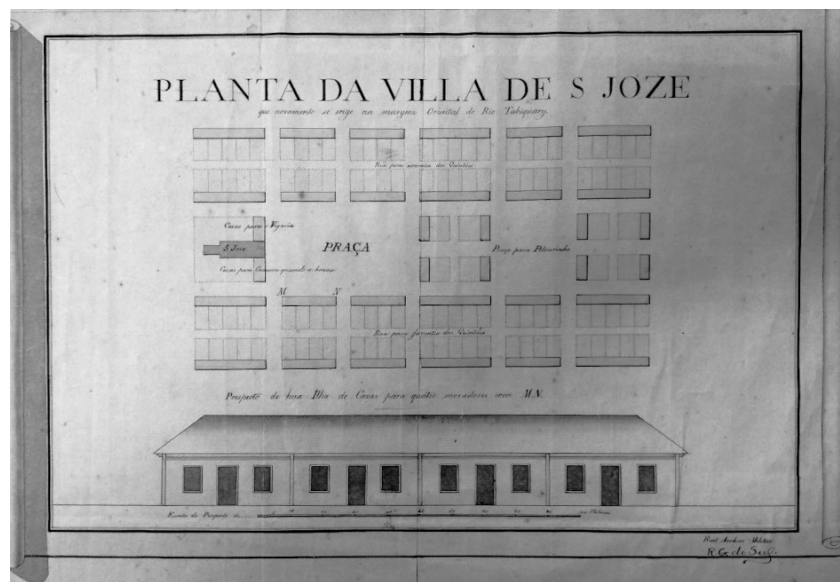
Por mais que tais abordagens venham se tornando sistemáticas no estudo da arquitetura vernacular, elas são em grande medida restritas ao espaço urbanizado, onde incidem com mais força regulações edilícias e profissionais, bem como os litígios decorrentes dessas regulações. A edificação rural e das povoações pequenas e remotas, de escassa cultura textual ou arquivística, permanece à sombra, justamente onde a continuidade de tradições na longa duração é mais presente.

### Módulos de lotes

A modularidade do parcelamento do solo, em particular no que respeita às testadas de lotes, estabeleceu-se na bacia do Mediterrâneo desde a colonização romana (Caniggia, 1997). Em Portugal, os seus efeitos são menos sensíveis do que na península Itálica mas, mesmo assim, deixaram vestígios nas práticas construtivas mais meridionais.

Os “montes” são uma tipologia de estabelecimentos domésticos e produtivos rurais no Alentejo, atestados ao menos desde o início da Idade Moderna, mas provavelmente com raízes nas *villae* romanas. Nessa tipologia, predomina um módulo espacial e estrutural quadrado de quatro células, com ou sem corredor longitudinal central. O monte é formado por um alinhamento transversal desses módulos, formando um renque entre a elevação exterior do edifício e o eirado nos fundos (Palazzo, 2021). Cada módulo, por sua vez, consiste num quadrado com cerca de 40 palmos (8,5 a 9 metros) de lado, com uma tolerância de  $\pm 2$  palmos por acomodação às restrições existentes ou imprecisão no dimensionamento do palmo padrão.

De um expediente popular e rural, contudo, o módulo de 40 palmos começava a entrar no repertório dos engenheiros militares e arquitetos desde a era pombalina, suplantando o antigo módulo de 25 palmos que predominara desde o século XIII. No projeto para a Vila Real de Santo António, no Algarve, o engenheiro militar José Sande de Vasconcelos ainda empregou em 1774 a testada tradicional de 25 palmos. Em 1777, porém, Manoel Vieira Leão utilizou no plano de Taquari, Rio Grande do Sul, o módulo alentejano de 40 palmos (Figura 3). O mesmo módulo se repetiu em outras fundações pombalinas no Brasil, como Casalvasco, Mato Grosso, em 1782. Porto Covo, uma urbanização planeada da iniciativa privada no litoral do Alentejo, foi concebida pelo arquiteto civil Henrique Guilherme de Oliveira em 1794 também usando o módulo de 40 palmos para os lotes (Florentino *et al.*, 2023).



**Figura 3** – Manoel Vieira Leão, projeto da vila de Taquari, Rio Grande do Sul, 1777.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

A adoção do módulo de 40 palmos pelos arquitetos e engenheiros de finais do setecentos pode ter influenciado a sua difusão, até agora dificilmente datável, pelo centro de Portugal. Esta região, do baixo vale do Tejo até a Beira litoral, era o domínio de um tipo característico de morada suburbana ou aldeã, a “casa atlântica” com 50 palmos de testada. A partir do final do século XIX, porém, nos projetos de casarios suburbanos e vilas operárias nas principais localidades da Beira, este tipo tradicional deu lugar sistematicamente ao módulo de 40 palmos.

O lote de 40 palmos sobreviveu, inclusive, à adoção do sistema métrico em 1834. Esse fato provavelmente se deve à conveniente conversão do módulo tradicional na medida métrica de 8,5 ou 9 metros (a depender da dimensão adotada para o palmo). Tais medidas, por sua vez, convinham à expectativa sanitaria do final do século XIX e início do XX de permitir iluminação e ventilação diretas nos cômodos de casas suburbanas compactas e econômicas. Tal processo está documentado, especialmente, em duas vilas operárias na periferia de Coimbra: a primeira sendo a do Loreto, junto à estação Velha, cerca de 1900, e mais tarde na vila operária dos franciscanos em Montes Claros, em 1926, segundo análise deste autor baseada em documentação por Calmeiro (2015). O exemplo desta última vila ensejou a implantação na mesma rua de um renque de moradas geminadas no mesmo módulo, em finais da década de 1920. Ambos os parcelamentos seguiam um módulo de 8,5 metros de testada (Figura 4).



**Figura 4** – Mapa da Rua António José de Almeida no bairro de Montes Claros, Coimbra, mostrando a correntiza de casas especulativas anteriores a 1932 (no alto à esquerda) e a vila operária dos Franciscanos, 1926 (em baixo à direita).

Fonte: Detalhe de Lopes (1934), fls. 10–11. Imagem do mapa fornecida pela Câmara Municipal de Coimbra.

## Frontal

Um sistema construtivo amiúde associado ao adobe é o frontal. Associado à taipa, o frontal é seguramente de grande antiguidade. Faz-se presente em construções da primeira metade do século XVIII em Goiás, como a igreja matriz de Pirenópolis e a casa de câmara e cadeia de Santa Luzia (atual Luziânia). Formas mais intensivas de reforço da taipa com madeira foram documentadas por Barreto (1947) justamente em cadeias públicas do período colonial. Na arquitetura habitacional, por

outro lado, o frontal é empregado como esqueleto envolvendo uma vedação em alvenaria – adobe no Brasil colonial e em Portugal a partir do século XIX, senão tijolos cozidos.

A cronologia desse sistema muito difundido de esqueleto autônomo em madeira é mal conhecida, e o que dela se pode dizer deriva da associação do frontal a outros sistemas construtivos e tipologias específicas – do edifício de rendimentos lisboeta até as casas no Oeste do Brasil colonial. Isso porque o frontal costuma ser abordado como um presumido grau zero da arquitetura vernacular, originário do norte da península Ibérica, mas atemporal em sua difusão pelo mundo luso-brasileiro. A consequente falta de circunscrição cronológica resulta por exemplo na descrição atemporal dos prédios de rendimentos lisboetas por Mascarenhas (2012), bem como numa descrição uniforme de sistemas construtivos no Brasil sob rótulos genéricos como “arquitetura da mineração” (Coelho, 2007) ou “a casa da fazenda mineira” (Cruz, 2010, p. 70).

Todavia, há uma distinção fundamental entre as aplicações do frontal, pouco respeitada na literatura historiográfica, e cujas implicações cronológicas não foram, até o momento, exploradas. Em quase todo o universo vernacular de origem portuguesa, o frontal se caracteriza por ser um esqueleto ortogonal simplesmente apoiado sobre alicerces ou paredes portantes em alvenaria. É o caso da fazenda da Pedra em Santana dos Montes (Minas Gerais), datada de cerca de 1750 (Figura 5).

Foi no contexto da expansão mineradora de origem paulista pela região do cerrado brasileiro, no século XVIII, que uma variante desse sistema se tornou dominante na construção das casas térreas com vedação em adobe ou pau-a-pique. Essa variante consiste na projeção de um “nabo” dos esteios (Figura 6), os quais passam a atravessar toda a profundidade do alicerce para estarem solidamente fincados no solo (Vasconcellos, 1979).



**Figura 5** – Sede da fazenda da Pedra, Santana dos Montes, Minas Gerais, c. 1750.

Fonte: Foto de Vladimir Benincasa (2013). Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fazenda\\_da\\_Pedra,\\_Santana\\_dos\\_Montes-MG,\\_Vladimir\\_Benincasa\\_24.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fazenda_da_Pedra,_Santana_dos_Montes-MG,_Vladimir_Benincasa_24.jpg)



**Figura 6** – Casa de frontal com esteios engastados entre os alicerces na rua Ávila, Paracatu.

Fonte: Foto do autor.

A profundidade histórica do frontal como um todo pode ser debatida, e não seria despropositado atribuir-lhe a natureza quase atemporal das tradições populares. O mesmo não se pode dizer, porém, da variante do frontal com nabos mergulhados no solo. A raridade de tal sistema fora da região do cerrado brasileiro, que vai do vale do Tietê no Estado de São Paulo até as antigas capitâneas de Goiás e Mato Grosso, assim como o oeste de Minas Gerais, é indício de que se trata de uma solução delimitada no tempo histórico dos estabelecimentos mineradores, na melhor das hipóteses a partir do século XVIII.

Num banco de dados de construções domésticas luso-brasileiras que viemos compilando<sup>2</sup>, com base em publicações científicas e em obras de restauro divulgadas pelo poder público, não foi possível, de fato, datar com segurança nenhuma casa com sistema de frontal engastado antes de, aproximadamente, 1750. Ainda assim, trata-se, como evidenciado por Silva Neto (2022), de datações baseadas na transmissão oral de informações, sem respaldo arqueológico ou documental. Nada, nas informações assim coligidas, indica que essas datas devam forçosamente referir-se à construção das casas atualmente existentes, por oposição à existência de uma casa mais primitiva no mesmo lote.

Portanto, e na falta de datações arqueológicas mais precisas, o registro iconográfico inequívoco de construções nessa variante do frontal remonta, no máximo, à primeira metade do século XIX, na obra de artistas como John Burchell ou, mais tarde, Franz Keller. Com isso, é possível avançar a hipótese de que o frontal engastado se não tenha difundido antes da segunda metade do século XVIII. Ele estaria, segundo tal hipótese, relacionado com o conjunto de adaptações sísmicas posteriores não apenas ao terramoto de Lisboa, mas também aos menos conhecidos sismos nos Açores, em parte responsáveis por uma onda migratória de açorianos rumo ao Brasil.

A hipótese de um ciclo de reconstruções de moradas nos centros urbanos brasileiros a partir da segunda metade do século XVIII é plausível diante da natureza expedita e possivelmente pouco resiliente das casas originais dos núcleos mineradores. Esse ciclo também é corroborado por evidências diretamente datáveis, especialmente oriundas da cidade de São Luís, no Maranhão. Ali, a introdução da gaiola pombalina e os estilos de azulejos, por primeira vez empregados nas fachadas,

<sup>2</sup> Disponível em: <https://casa.tradicional.arq.br/cronologia/>

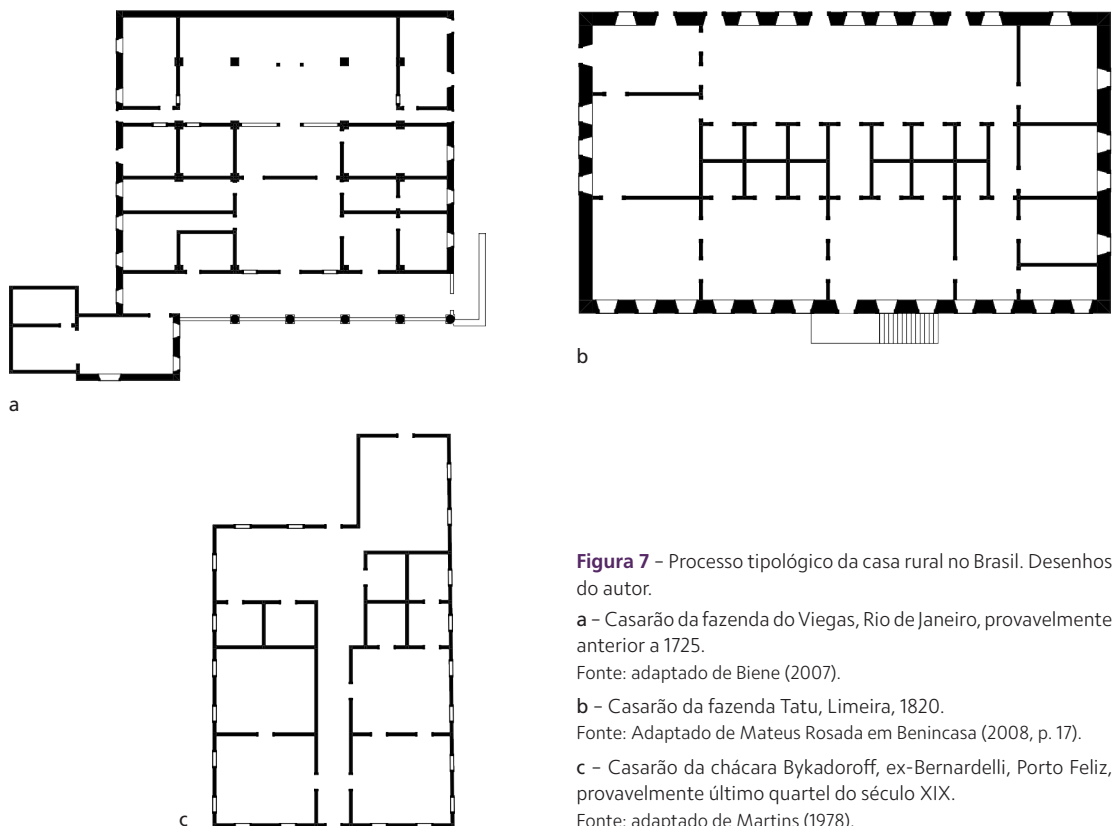
apontam inequivocamente para a reconstrução de diversos casarões da cidade da segunda metade de setecentos até meados de oitocentos.

## Tipologia doméstica rural e urbana

Se os três fatores anteriores – inovação nas regulações edilícias, difusão do módulo de 40 palmos e introdução ou difusão do frontal engastado – apontam para uma transição técnico-projetual na arquitetura vernacular na segunda metade do século XVIII, o terceiro fator em causa aponta para a consolidação e unificação de uma tipologia doméstica ao longo do século XIX.

Nas casas rurais portuguesas, uma divisão regional está consagrada desde o Inquérito (1961) até investigações mais recentes (Costa *et al.*, 2015). Ela consistia na composição em torno de um ou mais salões grandes e alongados, eventualmente com alpendre, no Norte, por oposição à tipologia meridional e insular com uma malha de células de pequenas dimensões, quadradas ou ligeiramente retangulares. Esses tipos rurais se preservaram, em Portugal, mesmo diante da difusão em contexto urbano da tipologia europeia de casas correntes com corredor central ou lateral. No Brasil colonial, embora a distinção tipológica regional se tenha suavizado, manteve-se o contraste entre os tipos rurais e urbanos.

No entanto, ao longo do século XIX no cerrado brasileiro, esta última distinção também se relativizou com a intrusão do tipo urbano da habitação de frente larga, ou casa de morada inteira, como parte ou todo de moradas rurais. Essa intrusão ocorreu em várias frentes, com destaque para as casas de pequenas propriedades horticuloras no cerrado paulista (Martins, 1978) e goiano. A transição tipológica é datável por evidências documentais quanto à idade das casas, iniciando-se na primeira década do século XIX com implantações como a da fazenda Babilônia, em Pirenópolis – 1805, ver planta em Silva Neto (2022) –, e culminando na virada do mesmo século.



**Figura 7** – Processo tipológico da casa rural no Brasil. Desenhos do autor.

a – Casarão da fazenda do Viegas, Rio de Janeiro, provavelmente anterior a 1725.

Fonte: adaptado de Biene (2007).

b – Casarão da fazenda Tatu, Limeira, 1820.

Fonte: Adaptado de Mateus Rosada em Benincasa (2008, p. 17).

c – Casarão da chácara Bykadoroff, ex-Bernardelli, Porto Feliz, provavelmente último quartel do século XIX.

Fonte: adaptado de Martins (1978).

A configuração primitiva das casas de morada nas fazendas antigas do Brasil é exemplificada no casarão do engenho do Viegas, no município do Rio de Janeiro, datado do primeiro quartel do século XVIII (Figura 7a). A planta é caracterizada pela enfiada transversal de salas espaçosas, podendo compreender uma ou duas dessas enfiadas dispostas uma atrás da outra. O tipo de transição é ilustrado pelo casarão da fazenda Tatu, em Limeira, no eixo de expansão cafeeira pelo cerrado paulista (Figura 7b). Nessa casa, construída cerca de um século depois da casa do Viegas, uma terceira zona formada por células de pequenas dimensões separa as duas enfiadas de salões. Estas se ligam por meio de um ou mais corredores longitudinais. A antiga casa da chácara da família Bernardelli, em Porto Feliz, Estado de São Paulo (Figura 7c), demonstra o terceiro momento nesse processo, o qual ocorre sobretudo em moradas de pequenas propriedades rurais, por oposição aos ricos casarões das grandes fazendas cafeeiras. Ele se caracteriza por uma planta quase inteiramente derivada do tipo da casa de morada inteira urbana, desde a sua proporção mais alongada longitudinalmente até a distribuição e ao dimensionamento dos ambientes internos.

### Por que e quando falar em tradição luso-brasileira

Da análise desses três fatores, forma-se a imagem de uma tradição luso-brasileira, do vernacular às suas apropriações no registro erudito, que passa por significativas transformações na segunda metade do século XVIII e se consolida por meio da uniformização das suas práticas ao longo do século XIX, culminando cerca de 1900 numa paisagem de tipos e processos construtivos padronizados, ainda que artesanais, em grandes extensões dos territórios português e brasileiro.

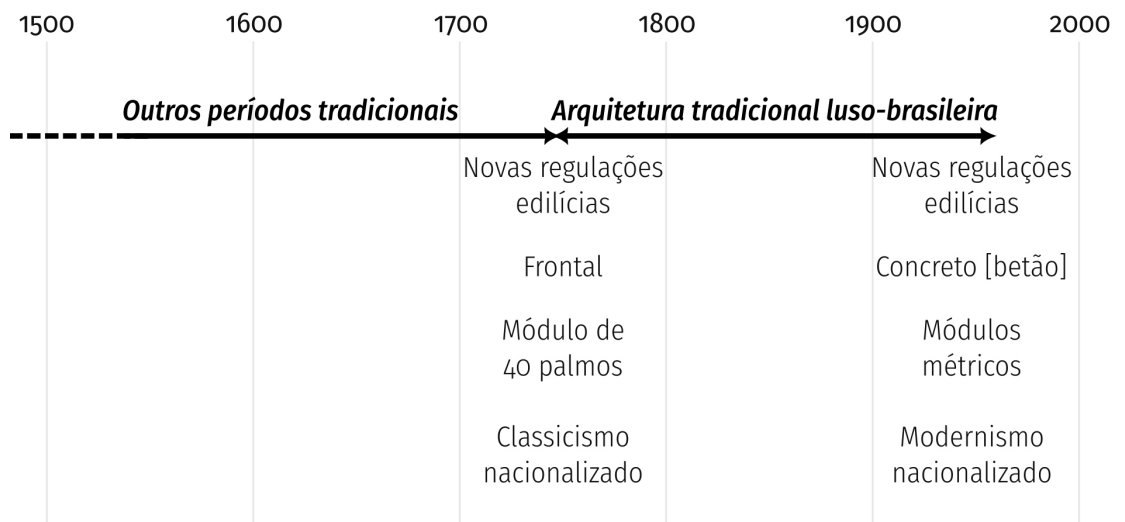
Dando efetividade a esses fatores, há importante atividade de renovação ou expansão dos tecidos construídos em várias partes do Império português na segunda metade do século XVIII e início do XIX, especialmente nos Açores, no Brasil, e em polos industriais do Reino, tais como o Algarve ou Aveiro. Isso desmente o axioma historiográfico que supõe ser este um período de estagnação construtiva, postulada a partir da crise demográfica luso-brasileira e do declínio da economia aurífera. Ao mesmo tempo, as evidências que apontassem para uma uniformidade vernacular desde o século XVI são mais escassas do que supõe a narrativa convencional.

O uso do conceito de “tradição” no âmbito de uma periodização da arquitetura vernacular e por oposição não ao “erudito”, mas, sobretudo, ao “moderno”, implica certas tomadas de posição que se tornam mais claras agora que os seus principais aspectos foram elencados. Embora haja uma controvérsia sobretudo de ordem político-ideológica em torno do conceito de tradição em arquitetura, a sua definição resumida no tema da continuidade evolutiva é relativamente consensual entre autores ditos tradicionalistas, como Lino (1929), e críticos, como Rapoport (1969).

Esse conceito se refere a um sistema de práticas que, longe de serem estáticas num eterno presente primitivista, movem-se e transformam-se (Lino, 1929) de par com inovações tecnológicas, mudanças sociais e evoluções nos quadros normativo e cultural que envolvem a atuação de profissionais especializados. Esta última parte do conceito de tradição articula-se ainda com o de vernacular, tal como entendido por Vellinga (2006), reconhecendo a iniciativa dos agentes na adoção de soluções técnicas e operacionais eventualmente vindas de outras tradições.

Disso decorre, portanto, uma contraposição sensata entre tradição e modernidade. Calder (2021) conceitua a modernidade em termos da rutura na escala produtiva proporcionada pelo uso sistemático de combustíveis fósseis. Essa transição tem como uma de suas consequências a de que, voltando ao argumento de Rapoport (1969), a originalidade e a inovação emergem como valores culturais da modernidade, sobrepujando o consenso e o conservadorismo das sociedades tradicionais.

Com amparo nesse conceito de tradição, dá-se a ver um ciclo de transformações históricas na construção vernacular luso-brasileira que corresponde, não ao início da Idade Moderna, mas em linhas gerais do período Pombalino até a virada do século (Figura 8). Corroboram essa proposta de periodização fatores como: a ausência de significativas inovações tecnológicas, jurídicas e organizacionais na construção vernacular que coincidisse com o Renascimento erudito em Portugal; reciprocamente, a concentração de tais inovações desde o período Pombalino até à revolução liberal; a continuidade do paradigma da vila de fundação medieval no processo de expansão ultramarina de Portugal, interrompida pelo modelo dito “Iluminista” do urbanismo pombalino; a intrusão, nesse modelo pombalino, de padrões urbanísticos e edíficos de raiz vernacular, sobretudo alentejana; o diálogo entre reformas eruditas e práticas de ofício no contexto da imposição do sistema da gaiola e da difusão de uma estética neoclássica popularizada.



**Figura 8** – Proposta de cronologia da tradição vernacular luso-brasileira.

Fonte: Desenho do autor.

Ao *porquê* de se recorrer ao conceito de tradição num contexto historiográfico sucede, então, a questão de *quando* situar cronologicamente uma tradição. A crítica historiográfica é pouco afeita a distinguir períodos ditos tradicionais, preferindo criticar ideologias a referendar seus pressupostos. Todavia, Hobsbawm e Ranger (1983) mostram como a construção programática de tradições, ainda que *a posteriori*, não deixa de demonstrar sua efetividade no próprio processo histórico.

## Conclusão

Feito este breve exercício de periodização, caberia levantar novamente o questionamento acerca da pertinência e validade de periodizações em geral. Se é verdade que a transformação dos saberes arquitetônicos e das práticas construtivas é contínua, também é verdade que tais transformações muitas vezes seguem, durante longos períodos, um caráter ora intencionalmente autorreferente, ora implicitamente conservador. Certo é que, em qualquer instantâneo que se tome do passado, haverá fatores de continuidade com épocas anteriores assim como elementos em pleno processo de atualização. Por isso mesmo, levantar a poeira das antigas periodizações baseadas na arte erudita, explorando modos alternativos de enfatizar mudanças e continuidades, constitui uma provocação válida diante dos lugares-comuns da historiografia.

Cronologicamente, a *tradição* luso-brasileira discutida neste artigo coincide parcialmente com o *movimento tradicionalista*. Conceitualmente, porém, o tradicionalismo pertence mais à modernidade teórico-crítica que revisita os saberes vernaculares, seja em busca de motivos plásticos, seja, a partir da segunda metade do século XX, em busca de instrumentos estruturantes de continuidade edilícia, representadas no mundo luso-brasileiro sobretudo pelos estudos morfológicos de cunho acadêmico.

Nesse quesito, cabe lembrar o quanto os enquadramentos disciplinares atuais continuam tributários da periodização convencional. Titulações acadêmicas e unidades curriculares em história da arquitetura, ou mesmo em patrimônio cultural, seguem via de regra as clivagens da história da arte erudita – medievistas, especialistas na arquitetura e urbanização do Império português, estudiosos do historicismo estilístico do século XIX, e finalmente historiadores da assim chamada “arquitetura moderna”. Questionando tais convenções, alguns projetos de investigação, nomeadamente o recém-concluído TechNetEmpire<sup>3</sup>, manipulam os cortes da periodização para evidenciar relações e continuidades em diferentes escopos.

Por exemplo, o diálogo entre as matrizes portuguesas e as contribuições de comunidades imigrantes de outras nacionalidades constituiu um patrimônio edílico diversificado em vários núcleos populacionais do Brasil. Tais contribuições sinalizam para uma cronologia alternativa, de meados do século XIX a meados do XX, onde interagem as tradições que viajaram com os imigrantes, as adaptações vernaculares já estabelecidas de longa data no Brasil e os projetos oficiais das “casas de colono”, de aparência popular mas com *pedigree* erudito.

A proposta de uma nova periodização, baseada na trajetória das tradições vernaculares, não pretende, portanto, estabelecer um marco normativo único para a escrita da história da arquitetura. É mais um ensejo para uma apreciação renovada dos modos de fazer o ambiente construído no mundo luso-brasileiro: um ponto de partida para novas explorações tanto no campo da historiografia quanto no da prática da arquitetura tradicional.

## Referências

- Amaral, F.K. (org.). *Arquitetura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.
- Baganha, J. *A arquitetura popular dos povoados do Alentejo*. Lisboa: Edições 70, 2016.
- Barreto, P.T. Casas de câmara e cadeia. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 11, p. 9-196, 1947.
- Bazin, G. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. Paris: Plon, 1956.
- Benincasa, V. *Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- Białostocki, J. Das Modusproblem in den bildenden Künsten: Zur Vorgeschichte und zum Nachleben des “Modusbriefes” von Nicolas Poussin. *Zeitschrift für Kunstgeschichte*, v. 24, n. 2, p. 128, 1961.
- Biene, M. P. V. *A arquitetura das casas-grandes remanescentes dos engenhos de açúcar no Rio de Janeiro setecentista*. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- Bueno, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 13, n. 1, p. 59–97, 2005.
- Burckhardt, J. *Die Kultur der Renaissance in Italien: ein Versuch*. Basel: Schweighauser, 1860.
- Bury, J. B. The “Borrominesque” churches of colonial Brazil. *The Art Bulletin*, v. 37, n. 1, p. 27-53, 1955.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://technetempire.fcsh.unl.pt/>



- Caldas, J.V. Introdução. In: Caldas, J.V. (org.). *Arquitetura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000. p. 13-29.
- Calder, B. *Architecture: from prehistory to climate emergency*. Harmondsworth: Penguin, 2021.
- Calmeiro, M. I. B. R. *Urbanismo antes dos planos: Coimbra 1834-1934*. Tese (Doutoramento em Teoria e História da Arquitetura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.
- Caniggia, G. Análisi tipologica: la corte matrice dell'insediamento. In: *Ragionamenti di tipologia: operatività della tipologia processuale in architettura*. Firenze: Alinea, 1997. p. 59-107.
- Carita, H. *Arquitetura civil indo-portuguesa e a paisagem urbana de Goa*. In: Hespanha, A.M.; Cunha, M.S. (org.) *Os espaços de um Império: Estudos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999. p. 77-89.
- Choisy, A. *Histoire de l'architecture*. Paris: Vincent, Fréal & Cie., 1964.
- Coelho, G. N. *Arquitetura da mineração em Goiás*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2007.
- Costa, L. O Aleijadinho e a arquitetura tradicional. *O Jornal*, 24 jun. 1929.
- Costa, L. Documentação necessária. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 1, p. 31-39, 1937.
- Costa, M. R. L. et al. (org.). *Arquitetura tradicional no Mediterrâneo Ocidental: 1.º Congresso Internacional, Mértola 13, 14 e 15 de maio de 2015 = Traditional architecture in the Western Mediterranean: 1st International Conference, Mértola 13th, 14th and 15th May 2015*. Lisboa; Mértola: Argumentum; Campo Arqueológico de Mértola, 2015.
- Cruz, C. F. *Fazendas do sul de Minas Gerais: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010.
- D'Ors, E. *Lo Barroco*. Madrid: M. Aguilar, 1936.
- Derntl, M. F. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811*. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2013.
- Donato, L. *A cidade portuguesa nas províncias ultramarinas: uma análise iconográfica comparativa: Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- Fernandes, J. M. Índia e Sul do Brasil: planos do urbanismo português no século XVIII. In: Araujo, R.; Carita, H. (org.) *Universo urbanístico português 1415-1822: coletânea de estudos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998. p. 243-254.
- Fletcher, B. *History of architecture on the comparative method*. 17. ed. New York: Charles Scribner's Sons, 1961.
- Florentino, R. et al. Dimensões tradicionais do projeto urbano em cidades portuguesas: do terramoto à república. In: Lourenço, P. B. et al. (org.) *Ambientes em mudança: 4.º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira*. Guimarães: Universidade do Minho, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SvU-hrDLtBhUj7SwOXITxOchExBbJtT/view?usp=sharing>. Acesso em: 27 set. 2023.
- França, J.-A. *O pomalismo e o romantismo*. Lisboa: Presença, 2004.
- García Hermida, A. (org.). *Um projecto de futuro para a Beirã (Marvão): baseado na arquitetura e urbanismo de tradição alentejana*. Lisboa: Fundação Serra Henriques, 2018.
- García Hermida, A.; Gil Fernández, G.; Gómez-Gordo Villa, R. (org.). *Um projecto de futuro para Lajes do Pico: com base na arquitetura e urbanismo da tradição local*. Lisboa: Fundação Serra Henriques, 2023.
- Giedion, S. *Space, time and architecture: the growth of a new tradition*. 4. ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1961.
- Gonzaga Duque, L. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- Goodwin, P.L.; Smith, G.E.K. *Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942*. 2. ed. New York: The Museum of Modern Art, 1943.
- Grammont, G. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- Haupt, A. *Die Baukunst der Renaissance in Portugal: von den Zeiten Emmanuel's des Glücklichen bis zu dem Schlusse der spanischen Herrschaft*. Frankfurt am Main: Heinrich Keller, 1890.
- Hobsbawm, E. J.; Ranger, T. O. *The invention of tradition*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1983.
- Kubler, G. *Portuguese plain architecture: between spices and diamonds, 1521-1706*. Middletown: Wesleyan University Press, 1972.
- Kubler, G.; Soria, M. *Art and architecture in Spain and Portugal and their American dominions, 1500 to 1800*. London: Penguin, 1959.
- Leal, J. *Etnografias portuguesas (1870-1970): cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- Lemos, C. A. C. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Lino, R. *A nossa casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*. Coimbra: Atlântida, 1918.
- Lino, R. *A casa portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.
- Lopes, J. B. *Planta topográfica da cidade de Coimbra*. [S.l.:s.n.], 1934.
- Machado, L. G. *Barroco mineiro*. São Paulo: Edusp; Perspectiva, 1969.
- Mariano Filho, J. *À margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: Mendes Junior, 1943.
- Martins, N. M. *O partido arquitetônico rural no século XIX: Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.
- Mascarenhas, J. *Reabilitação urbana*. Lisboa: Horizonte, 2012.
- Mascarenhas, J. *Arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 2015.
- Mascarenhas-Mateus, J. *Técnicas tradicionais de construção de alvenarias: a literatura técnica de 1750 a 1900 e o seu contributo para a conservação de edifícios históricos*. Lisboa: Horizonte, 2002.
- Mascarenhas-Mateus, J. (org.). *História da construção em Portugal: consolidação de uma disciplina*. Lisboa: By the Book, 2018.
- Mello, J. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume, 2007.
- Milheiro, A. V. *A construção do Brasil: relações com a cultura arquitectónica portuguesa*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2005.
- Moutinho, M. *Arquitetura popular portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1995.
- Oliveira, E. V.; Galhano, F. *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- Ollero, R. E depois do inquérito à arquitetura regional portuguesa? Carta a Raul Lino. *Revista Arquitectura Lusíada*, n. 1, p. 39-52, 2010.
- Palazzo, P.P. Vernacular patterns in Portugal and Brazil: evolution and adaptations. *Journal of Traditional Building, Architecture and Urbanism*, n. 2, p. 359-370, 2021.
- Pareto Junior, L. *O cotidiano em construção: os práticos licenciados em São Paulo (1893-1933)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, [s.l.], 2011.
- Pareto Junior, L. *Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, [s.l.], 2016.
- Patetta, L. *L'architettura dell'eclittismo: fonti, teorie, modelli 1750-1900*. Milano: G. Mazzotta, 1975.
- Pessotti, L.; Ribeiro, N. P. (org.). *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: PoD, 2011.
- Pevsner, N. *An outline of European architecture*. New and enlarged edition. London: John Murray, 1948.
- Pinto, S. M. G. A regulação jurídica das fachadas em Portugal (séc. XIV-XIX). *Revista de Estudos Histórico-Jurídicos*, n. 38, p. 149-177, 2016.
- Pinto, S. M. G. As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de oitocentos. Tese (Doutoramento em Arquitetura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

- Pinto, S. M. G. "Portugal plantou a mais duradoira de suas conquistas". Da antiga tradição jurídica para a atividade construtiva em Portugal e no Brasil: inovação e permanência em perspectiva comparada. *Anais de História de Além-Mar*, v. 16, p. 369-405, 2015.
- Rapoport, A. *House form and culture*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.
- Reis, L. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: Editora UFBA, 2013.
- Richter, G. M. Manierismus. *The Burlington Magazine for Connoisseurs*, v. 58, n. 337, p. 202-203, 1 abr. 1931.
- Rocha-Peixoto, G. *Reflexos das luzes na terra do sol: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência, 1808-1831*. São Paulo: ProEditores, 2000.
- Rossa, W. *Fomos condenados à cidade: uma década de estudos sobre patrimônio urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- Schlee, A. R. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil: inventario de contenidos. *Revista PH*, p. 200-209, 2018.
- Severo, R. *A arte tradicional no Brasil: a casa e o templo*. São Paulo: Tip. Levi, 1916.
- Shanklin, E. Two meanings and uses of tradition. *Journal of Anthropological Research*, v. 37, n. 1, p. 71-89, 1981.
- Silva Neto, E. A. *Panorama da arquitetura em Goiás: séculos XVIII, XIX e XX*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Brasília: Universidade de Brasília, 2022.
- Silveira, Â. C. *A Casa-Pátio de Goa*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Porto, 1999.
- Sousa, A. J. *Arquitetura neoclássica brasileira: um reexame*. São Paulo: Pini, 1994.
- Sousa Santos, E. History becoming theory: George Kubler and Portuguese plain. *Architecture and Culture*, v. 4, n. 3, p. 425-434, 2016.
- Speltz, A. *A arquitetura classica no Brazil: Novo Vinhola brasileiro ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1898.
- Tavares, D. *Casas de Brasileiro: erudito e popular na arquitetura dos torna-viagem*. Porto: Dafne, 2015.
- Unamuno, M. *En torno al casticismo*. Madrid: Barcelona: Fernando Fé; Antonio López, 1902.
- Vasconcellos, S. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- Vellinga, M. The inventiveness of tradition: vernacular architecture and the future. *Perspectives in Vernacular Architecture*, v. 13, n. 2, p. 115-128, 2006.
- Waisman, M. *El interior de la historia: historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos*. 2. ed. Bogotá: Escala, 1993.
- Watson, W. C. *Portuguese architecture*. London: A. Constable and Company, 1908.
- Weimer, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- Wölfflin, H. *Renaissance und Barock: eine Untersuchung über Wesen und Entstehung des Barockstils in Italien*. München: T. Ackermann, 1888.